



IBERSOL – SGPS, SA

Sociedade Aberta

Sede: Praça do Bom Sucesso, 105/159, 9º andar, Porto

Capital social: 36.000.000 Euros

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e de identificação fiscal
501669477

Resultados - 3º TRIMESTRE 2018 (não auditadas)

- **Volume de Negócios consolidado de 335,7 milhões de euros**
Crescimento de 1,0% face ao mesmo período de 2017
- **EBITDA consolidado de 48,3 milhões de euros.**
Redução de 3,0% face ao período homólogo de 2017
- **Resultado líquido consolidado de 23,9 milhões euros**
Crescimento de 9,3% face ao período homólogo de 2017

RELATÓRIO DE ACTIVIDADE

Actividade

O volume de negócios consolidado nos primeiros nove meses de 2018 ascendeu a 335,7 milhões de euros compara com os 332,5 milhões de euros registados no período homólogo de 2017.

Volume de Negócios	9M 2018	
	Milhões de euros	Var 18/17
Vendas Restauração	323,19	-1,2%
Vendas Mercadorias	9,17	404,8%
Prestação Serviços	3,33	-9,9%
Volume de Negócios	335,70	1,0%

A evolução positiva do mercado da restauração em Portugal - estima-se que a restauração organizada tenha crescido cerca de 6% - conjugada com os efeitos das aberturas ocorridas ao longo de 2017, contribuíram para o crescimento do volume de negócios de 12% em Portugal.

Em Espanha, no terceiro trimestre verificou-se um ligeiro abrandamento do consumo no mercado de restauração, com crescimento inferior a 1%. No retalho o Grupo cresceu cerca de 3%, incluindo a venda de mercadorias a franquizados.

A evolução positiva do mercado ibérico permitiram minimizar DOIS relevantes impactos na atividade do Grupo:

- a) a importante redução do volume de negócios em Angola, provocada pela acentuada desvalorização cambial (78%) do AKZ face ao EUR sem tradução em idêntico aumento dos preços de venda que em acumulado, ascendeu a apenas 22%;
- b) a redução do número de restaurantes concessionados no aeroporto de Barcelona a partir de Maio, correspondente à passagem de 70% para 40% de quota na nova concessão. O impacto desta perda não foi ainda compensado por novas concessões em outros aeroportos por estes ainda se encontrarem em fase de conversão e de disponibilização dos espaços.

A actividade do terceiro trimestre fica, assim, assinalada pela operação provisória da maioria dos restaurantes, nas novas concessões nos aeroportos de Barcelona, Gran Canária e Málaga.

No aeroporto de Barcelona, onde deixamos de operar a partir de Maio 36% dos restaurantes, apenas 2 restaurantes foram convertidos para o formato definitivo. De um total de 19 restaurantes, 89% estão a operar provisoriamente ou com obras em curso.

No aeroporto de Málaga, de um total de 6 restaurantes atribuídos estamos a operar apenas 5 em formato reduzido e provisório.

No aeroporto de Gran Canária, de um total de 6 restaurantes ganhos, apenas 2 se encontram a operar no conceito adjudicado e 1 provisório.

Está previsto que a conversão para os novos restaurantes esteja concluída até ao final do primeiro semestre do próximo ano.

Em resultado destes efeitos, as vendas de restauração consolidadas atingiram os 323,2 milhões de euros, o que representa uma redução de 1,2%, comparativamente com os 327,0 milhões de euros do período homólogo.

Vendas Restauração	9M 2018	
	Milhões de euros	Var 18/17
Restaurantes	74,57	1,9%
Balcões	149,71	1,8%
Concessões e Catering	98,91	-7,4%
Vendas Restauração	323,19	-1,2%

Os segmentos de Restaurantes e Balcões registaram desempenhos idênticos, com destaque para o bom desempenho das marcas Pizza Hut, Burger King e KFC na Península Ibérica.

No segmento de balcões, mesmo incluindo a actividade da KFC em Angola (com um decréscimo de cerca de 33%), as marcas que operamos na Península Ibérica, mantiveram a tendência positiva evidenciada no primeiro semestre com ganhos de quota de mercado e com taxas de crescimento influenciadas por um maior número de unidades em operação.

O segmento de “Concessões e Catering”, a registar perdas face ao período homólogo, resultantes do termo da operação de 36% dos restaurantes da concessão no Aeroporto de Barcelona. Eliminando este efeito, o crescimento do segmento seria de 4,5%.

Durante os primeiros nove meses, encerramos ainda em Espanha 19 outras unidades, 16 das quais franquizadas e 2 unidades em Itália, dando continuidade ao processo de reajustamento da rede.

Em Portugal ocorreram os encerramentos de 2 restaurantes Pasta Caffé, um restaurante KFC e a unidade concessionada na Exponor, no termo dos respectivos contratos de utilização.

Dando seguimento à estratégia de expansão concretizaram-se as aberturas de 4 unidades franquizadas (Pans e Ribs) e 16 próprias, oito das quais concessionadas (uma no aeroporto de Barajas em Madrid, três pontos de venda, provisórios, na concessão do aeroporto de Gran Canaria, 2 convertidos no aeroporto de Barcelona e 2 no aeroporto de Málaga). Concretizou-se a abertura de seis novos restaurantes em Portugal, das marcas KFC, PH e BK e dois restaurantes da Pans e Ribs em Espanha.

No final do terceiro trimestre, o número total de unidades era de 626 (496 próprias e 130 franquizadas), conforme se passa a explicitar:

Nº Unidades	2017	2018			2018
	31-Dec	Aberturas	Transf	Encerramentos	30-Sep
PORTUGAL	316	6		4	318
Próprias	315	6		4	317
Pizza Hut	91	2			93
Okilo+Mill+Ribs	4				4
Pans+Roulotte	46				46
Burger King	77	1			78
KFC	22	3		1	24
Pasta Caffé	9			2	7
Quiosques	8				8
Cafetarias	27				27
Catering	7				7
Concessões e Outros	24			1	23
Franquiadas	1				1
ESPAÑA	312	13		34	291
Próprias	177	10		18	169
Pizza Móvil	31		-2	1	28
Pizza Hut	3		2		5
Burger King	33				33
Pans	35	1		1	35
Ribs	9	1			10
FrescoCo	3				3
Concessões	63	8		16	55
Franquiadas	135	3		16	122
Pizza Móvil	16				16
Pans	58	2		7	53
Ribs	28	1		1	28
Fresco	8			1	7
SantaMaria	25			7	18
ANGOLA	10				10
KFC	9				9
Pizza Hut	1				1
Outras Localizações - Franquiadas	8	1		2	7
Pans Itália	8	1		2	7
Total Próprias	502	16	0	22	496
Total Franquiadas	144	4	0	18	130
TOTAL	646	20	0	40	626

Resultados

O resultado líquido consolidado no final dos primeiros nove meses atingiu o valor de 23,8 milhões de euros. Excluindo o efeito da aplicação do IAS29, o resultado líquido seria de 22,6 milhões de euros, 0,7 milhões de euros superior ao período homólogo de 2017.

A **margem bruta** registada foi de 75,5% do volume de negócios, 1,6p.p inferior à verificada no período homólogo. Esta redução resulta de um maior peso de vendas de mercadorias. Eliminando este efeito, a margem bruta seria de 76,9% (Acumulado 3º Trimestre 17: 77,1%).

Os **custos com pessoal** aumentaram 0,3%, tendo o peso desta rubrica reduzido para 29,9% do volume de negócios (30,1% em 2017).

Os custos em **FSEs (Fornecimentos e Serviços Externos)** reduziram 0,4%, passando a representar 32,8% do volume de negócios, menos 0,5 p.p. do que no período homólogo de 2017, apesar do aumento das rendas nas novas concessões nos aeroportos que suportam integralmente o custo mas não estão em plena exploração.

Os **outros proveitos operacionais** ascenderam a 7,0 milhões de euros, o que representa uma ligeira redução de 1,6% face ao período homólogo do ano anterior.

Os **outros custos operacionais**, ascenderam a 1,5 milhões de euros, dos quais 0,7 milhões de euros correspondem a taxas e impostos e 0,4 milhões de euros a imparidades de créditos operacionais.

Consequentemente, o **EBITDA** ascendeu a 48,3 milhões de euros, representando uma redução de 3,0% face a igual período do ano anterior, muito influenciado pela redução da actividade no aeroporto de Barcelona e actividade em Angola, como enunciado anteriormente.

A margem **EBITDA** foi de 14,4% do volume de negócios, o que representa uma redução de 0,6p.p comparativamente com o verificado nos primeiros nove meses de 2017 (15,0%).

A margem **EBIT** consolidada foi de 8,9% do volume de negócios, correspondendo a um resultado operacional de 29,8 milhões de euros, que representa um aumento de 0,2p.p face a igual período de 2017, com 28,8 milhões de euros. Para este resultado contribuiu a redução do valor das amortizações, que representam 5,5% do volume de negócios (6,3% nos primeiros nove meses de 2017) que resulta maioritariamente do prolongamento da exploração dos restaurantes concessionados no aeroporto de Barcelona, por um período posterior à data final de contrato em Dezembro de 2017.

O **custo de financiamento líquido** consolidado foi de 2,8 milhões de euros, cerca de 0,8 milhões de euros inferiores ao acumulado do terceiro trimestre de 2017. Registe-se que no primeiro semestre de 2018, esta rubrica inclui cerca de 0,9 milhões de euros correspondente à contabilização do valor descontado das cauções prestadas em Espanha, nomeadamente as exigidas pelos contratos celebrados das novas concessões.

O custo médio dos financiamentos nos primeiros nove meses de 2018 foi de 2,2%, inferior ao verificado em igual período de 2017 (2,5%), consequência da redução das taxas de juro e da diluição do peso do endividamento em Angola.

O **imposto sobre o rendimento** do período, ascende a 4,5 milhões de euros, ao qual corresponde uma taxa efectiva de 16%, inferior à taxa nominal, devido essencialmente aos benefícios fiscais obtidos no valor de 2,4 milhões de euros, nos termos do Código Fiscal de Investimento (CFI).

Situação Financeira

O Activo Total ascendeu a cerca de 438 milhões de euros e o Capital Próprio situou-se em 203,6 milhões de euros, representando cerca de 46,4% do Activo.

O investimento total ascendeu a 18,5 milhões de euros. Cerca de 11,2 milhões de euros, corresponde ao investimento incorrido nas novas aberturas e obras em curso e o restante na remodelação e reconversão de alguns restaurantes.

O endividamento remunerado líquido a 30 de Setembro de 2018 ascendia a 69,5 milhões de euros, 13,6 milhões de euros inferior, ao valor registado no final de 2017.

Acções Próprias

Por deliberação em Assembleia Geral realizada em 14 de Maio de 2018, o capital social aumentou de 30.000.000 para 36.000.000 de euros por incorporação de reservas. Esta operação foi registada na Conservatória Comercial do Porto no passado dia 15 de Junho de 2018 e a atribuição das novas acções ocorreu no passado mês de Julho.

Por efeito do aumento de capital a sociedade passou a deter 3.599.926 acções próprias. Por compra das frações sobranes a sociedade adquiriu 56 novas acções ao preço médio de 9,73 € cada, ficando a deter uma participação de 9,9999% do capital, por um valor global de aquisição de 11.180.517 euros a que corresponde um preço médio por acção de 3,11€.

Riscos e incertezas

Em Angola, as medidas tomadas para melhorar os pagamentos ao exterior estão a contribuir para suavizar um dos grandes riscos que se vinha adensando nos últimos três anos.

A evolução da moeda e da economia angolanas é uma incerteza podendo ainda determinar uma diminuição do consumo e consequentemente das vendas dos nossos restaurantes.

Perspectivas

Na Ibéria prevê-se um ritmo de crescimento das vendas na linha do que se verificou nos últimos meses.

Em Angola, estima-se uma diminuição do consumo com a inerente queda das transações. A incapacidade de aumentar os preços, ao ritmo da desvalorização, determinará uma diminuição da rentabilidade das nossas operações. Temos expectativa de que o ritmo de desvalorização poderá abrandar nos próximos meses.

No seguimento dos concursos ganhos nas concessões em Espanha, é expectável que ocorram até final do ano de 2018 a abertura de 11 unidades no conceito definitivo, nos aeroportos de Barcelona, Gran Canária e Málaga. As restantes 17 apenas terão abertura definitiva no próximo ano.

Continuando atentos às oportunidades de expansão no Travel, concorreremos ao aeroporto de Alicante cuja fase de decisão só ocorrerá no próximo ano.

Ao nível da expansão fora dos espaços concessionados, procuraremos manter a cadência do plano de expansão dos anos transactos, prevendo-se a abertura no quarto trimestre de mais de uma dúzia de unidades.

No primeiro semestre foi anunciado um acordo entre a Pizza Hut e a Telepizza, nos termos do qual a Pizza Hut cederá àquela sociedade os direitos inerentes à master franquia na Península Ibérica e em toda a América Latina e América do Sul, com excepção do Brasil, pelo que a Ibersol passará a relacionar-se directamente com a Telepizza e apenas indirectamente com a Pizza Hut.

A Ibersol manterá a operação dos actuais restaurantes nos termos contratados e terá de acordar com a Telepizza o desenvolvimento futuro de novas localizações e as renovações dos contratos, quando ocorrerem.

Conforme já referido anteriormente, o negócio está ainda dependente de aprovações de diferentes autoridades. Apesar desse facto estamos em negociações com a Telepizza para definir o quadro de relacionamento futuro.

Porto, 22 de Novembro de 2018

António Carlos Vaz Pinto de Sousa

António Alberto Guerra Leal Teixeira

Juan Carlos Vázquez-Dodero

Declaração de Conformidade

Declaração de conformidade a que se refere a alínea c) do nº 1 do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários

Em cumprimento da alínea c) do nº1 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários cada um dos membros do órgão de administração abaixo identificados declaram que tanto quanto é do seu conhecimento:

- (i) As demonstrações financeiras condensadas intercalares, referentes aos primeiros nove meses de 2018, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Ibersol SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação; e
- (ii) o relatório de gestão intercalar expõe fielmente os acontecimentos importantes ocorridos no período, a evolução dos negócios do desempenho e da posição do conjunto das empresas incluídas na consolidação.

António Carlos Vaz Pinto Sousa
António Alberto Guerra Leal Teixeira
Juan Carlos Vázquez-Dodero

Presidente do Conselho de Administração
Vice-Presidente do Conselho de Administração
Vogal do Conselho de Administração

Ibersol S.G.P.S., S.A.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares

30 de Setembro de 2018

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÃO INTERCALAR DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA
EM 30 DE SETEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(valores em euros)

ACTIVO	Notas	30/09/2018 (não auditado)	31/12/2017
Não corrente			
Activos Fixos Tangíveis	8	191 175 611	197 972 217
Goodwill	9	92 862 786	92 862 786
Activos Intangíveis	9	35 124 311	35 115 966
Investimentos financeiros - empreendimentos conjuntos		2 451 660	2 420 386
Activos financeiros disponíveis para venda		198 620	233 108
Outros activos financeiros	19	16 902 763	17 823 906
Outros activos não correntes	16	14 935 320	6 335 385
Total de activos não correntes		353 651 071	352 763 754
Corrente			
Existências		10 715 984	12 089 907
Caixa e depósitos bancários		43 844 987	34 902 883
Imposto s/ rendimento a recuperar		2 895 996	5 046 070
Outros activos financeiros	19	2 434 853	5 162 755
Outros activos correntes	16	24 615 370	19 823 562
Total de activos correntes		84 507 190	77 025 177
Total do Activo		438 158 260	429 788 931
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital e reservas atribuíveis aos accionistas			
Capital Social	10	36 000 000	30 000 000
Acções próprias		-11 180 517	-11 179 969
Prémios de emissão		469 937	469 937
Reservas legais		755 581	263 001
Reservas de conversão cambial		-6 994 082	-2 012 886
Outras reservas e resultados transitados		160 461 724	139 507 205
Resultado líquido do exercício		23 680 883	30 849 460
Total do Capital Próprio atribuível aos accionistas		203 193 526	187 896 748
Interesses que não controlam		466 606	723 445
Total do Capital Próprio		203 660 132	188 620 193
PASSIVO			
Não corrente			
Empréstimos		91 190 685	107 687 759
Impostos diferidos		7 817 244	9 132 498
Provisões		4 489 724	4 489 724
Instrumentos financeiros derivados		217 867	235 455
Outros passivos não correntes		157 556	179 192
Total de passivos não correntes		103 873 076	121 724 628
Corrente			
Empréstimos		41 485 814	33 326 982
Contas a pagar a fornecedores e acréscimos de custos		73 934 248	67 522 339
Imposto s/ rendimento a pagar		2 079 864	324 744
Outros passivos correntes	16	13 125 126	18 270 045
Total de passivos correntes		130 625 052	119 444 110
Total do Passivo		234 498 128	241 168 738
Total do Capital Próprio e Passivo		438 158 260	429 788 931

O Conselho de Administração,

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÃO INTERCALAR CONSOLIDADA DOS RESULTADOS E DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO de 2018 E 2017
(valores em euros)

	<u>Notas</u>	<u>30/09/2018 (não auditado)</u>	<u>30/09/2017 (não auditado)</u>
Proveitos operacionais			
Vendas	6	332 366 730	328 811 926
Prestações de serviços	6	3 333 699	3 699 549
Outros proveitos operacionais	7	7 055 399	7 170 275
Total de proveitos operacionais		<u>342 755 828</u>	<u>339 681 750</u>
Custos Operacionais			
Custo das vendas		82 157 744	76 132 002
Fornecimentos e serviços externos		110 257 516	110 685 505
Custos com o pessoal		100 467 454	100 168 032
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade de AFT e AI	8 e 9	18 568 399	21 042 868
Outros custos operacionais		1 541 698	2 873 195
Total de custos operacionais		<u>312 992 811</u>	<u>310 901 602</u>
Resultados Operacionais		<u>29 763 017</u>	<u>28 780 148</u>
Custo de Financiamento líquido	17	2 861 073	3 668 939
Ganhos (perdas) em empreend.conjuntos - MEP		31 275	24 126
Ganhos (perdas) participação de capital		-370 000	-
Ganhos (perdas) na posição monetária Líquida	8 e 9	1 778 155	-
Resultados antes de impostos		<u>28 341 374</u>	<u>25 135 335</u>
Imposto sobre o rendimento	18	4 472 683	3 290 877
Resultado líquido consolidado		<u>23 868 691</u>	<u>21 844 458</u>
Outro rendimento integral:			
Variação da reserva de conversão cambial (líquida de imposto e passível de ser reciclada por resultados)		-4 981 196	19 413
RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO		<u>18 887 495</u>	<u>21 863 871</u>
Resultado líquido consolidado atribuível a:			
Accionistas da empresa mãe		23 680 883	21 474 681
Interesses que não controlam		187 808	369 777
		<u>23 868 691</u>	<u>21 844 458</u>
Rendimento integral consolidado atribuível a:			
Accionistas da empresa mãe		18 699 687	21 494 094
Interesses que não controlam		187 808	369 777
		<u>18 887 495</u>	<u>21 863 871</u>
Resultado por acção:			
Básico	10	<u>0,73</u>	<u>0,66</u>
Diluído		<u>0,73</u>	<u>0,66</u>

O Conselho de Administração,

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÃO INTERCALAR CONSOLIDADA DOS RESULTADOS E DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA O TERCEIRO TRIMESTRE DOS ANOS DE 2018 E 2017
(valores em euros)

	Notas	3º TRIMESTRE (não auditado)	
		2018	2017
Proveitos operacionais			
Vendas		123 471 094	126 840 515
Prestações de serviços		904 595	1 319 855
Outros proveitos operacionais		2 560 652	2 234 829
Total de proveitos operacionais		126 936 341	130 395 199
Custos Operacionais			
Custo das vendas		30 929 207	29 080 190
Fornecimentos e serviços externos		39 404 556	41 002 430
Custos com o pessoal		34 282 768	35 340 676
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade		6 150 700	6 970 644
Outros custos operacionais		494 058	813 102
Total de custos operacionais		111 261 289	113 207 042
Resultados Operacionais		15 675 052	17 188 157
Custo de Financiamento líquido		588 602	1 214 371
Ganhos (perdas) em empreend.conjuntos - MEP		7 709	-1 075
Ganhos (perdas) participação de capital		-	-
Ganhos (perdas) na posição monetária Líquida		897 320	-
Resultados antes de impostos		15 991 479	15 972 711
Imposto sobre o rendimento		2 989 116	3 809 189
Resultado líquido consolidado		13 002 363	12 163 522
Outro rendimento integral:			
Variação da reserva de conversão cambial (líquida de imposto e passível de ser reciclada por resultados)		-1 218 929	11 009
RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO		11 783 434	12 174 531
Resultado líquido consolidado atribuível a:			
Accionistas da empresa mãe		12 940 216	11 974 132
Interesses não controlados		62 147	189 390
		13 002 363	12 163 522
Rendimento integral consolidado atribuível a:			
Accionistas da empresa mãe		11 721 287	11 985 141
Interesses não controlados		62 147	189 390
		11 783 434	12 174 531
Resultado por acção:			
Básico		0,40	0,37
Diluído		0,40	0,37

O Conselho de Administração,

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
Demonstração Intercalar Consolidada das Alterações no Capital Próprio
para os períodos de nove meses findos em 30 de Setembro de 2018 e 2017 (não auditado)
 (valores em euros)

Nota	Atribuível a detentores do capital							Interesses que não Controlam	Total Capital Próprio	
	Capital Social	Acções Próprias	Prémios de Emissão	Reservas legais	Reservas de conversão cambial	Outras Reservas e Resultados Transitados	Resultado Líquido			Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2017	24 000 000	-11 179 348	469 937	1	-2 002 180	117 052 548	23 387 471	151 728 428	333 399	152 061 827
Alterações do período:										
Aplicação do resultado consolidado de 2016:										
Transferência para reservas e resultados transitados				263 000		23 124 471	-23 387 471	-		-
Aumento Capital	6 000 000					-6 000 000		-		-
Reservas de conversão - Angola					19 413			19 413		19 413
(Aquisição)/alienação de acções próprias		-621						-621		-621
Resultado consolidado do período de nove meses findos em 30 de Setembro de 2017							21 474 681	21 474 681	369 777	21 844 458
Total alterações do período	6 000 000	-621	-	263 000	19 413	17 124 471	-1 912 790	21 493 473	369 777	21 863 250
Resultado líquido consolidado							21 474 681	21 474 681	369 777	21 844 458
Rendimento consolidado integral								21 494 094	369 777	21 863 871
Operações com detentores de capital no período										
Aplicação do resultado consolidado de 2016:										
Dividendos distribuídos								-2 160 010		-2 160 010
	-	-	-	-	-	-2 160 010	-	-2 160 010	-	-2 160 010
Saldo em 30 de Setembro de 2017	30 000 000	-11 179 969	469 937	263 001	-1 982 767	132 017 009	21 474 681	171 061 892	703 176	171 765 068
Saldo em 1 de Janeiro de 2018	30 000 000	-11 179 969	469 937	263 001	-2 012 886	139 507 205	30 849 460	187 896 747	723 445	188 620 192
Impacto IFRS 9						-702 358		-702 358		-702 358
Impacto IFRS 15						-		-		-
Alterações do período:										
Aplicação do resultado consolidado de 2017:										
Transferência para reservas e resultados transitados				492 580		30 356 880	-30 849 460	-		-
Aumento Capital	6 000 000					-6 000 000		-		-
Reservas de conversão - Angola					-4 981 196			-4 981 196		-4 981 196
(Aquisição)/alienação de acções próprias		-548						-548		-548
Resultado consolidado do período de nove meses findos em 30 de Setembro de 2018							23 680 883	23 680 883	187 808	23 868 691
Total alterações do período	6 000 000	-548	-	492 580	-4 981 196	24 356 880	-7 168 577	18 699 139	187 808	18 886 947
Resultado líquido consolidado							23 680 883	23 680 883	187 808	23 868 691
Rendimento consolidado integral								18 699 687	187 808	18 887 495
Operações com detentores de capital no período										
Aplicação do resultado consolidado de 2017:										
Dividendos distribuídos								-2 700 006		-3 144 653
	-	-	-	-	-	-2 700 006	-	-2 700 006	-444 647	-3 144 653
Saldo em 30 de Setembro de 2018	36 000 000	-11 180 517	469 937	755 581	-6 994 082	160 461 720	23 680 882	203 193 521	466 605	203 660 127

O Conselho de Administração,

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
Demonstração Intercalar Consolidada dos Fluxos de Caixa
Para os períodos de nove meses findos em 30 de Setembro de 2018 e 2017
 (valores em euros)

	Nota	Períodos de nove meses findos em	
		30 de Setembro (não auditado)	
		2018	2017
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		333 029 070	332 146 083
Pagamentos a fornecedores		-173 647 547	-184 548 568
Pagamentos ao pessoal		-99 575 291	-76 998 068
Pagamentos/recebimento imposto s/ rendimento		-1 135 401	-1 306 475
Outros receb/pagam. rel. à activ.operacional		-19 172 772	-8 536 016
Fluxos das actividades operacionais (1)		39 498 059	60 756 956
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		139 763	19 049
Activos fixos tangíveis		22 620	5 731
Activos intangíveis			
Subsidios de Investimento		85 272	
Juros recebidos		1 197 182	920 448
Dividendos recebidos			
Outros activos financeiros		5 005 817	
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		1 627 536	64 600
Outros activos financeiros		2 907 912	3 126 100
Activos fixos tangíveis		15 800 211	24 358 808
Activos intangíveis		2 734 168	801 542
Outros		4 000 000	
Fluxos das actividades de investimento (2)		-20 619 173	-27 405 822
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		9 421 418	4 535 475
Venda de acções próprias			
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		12 878 598	21 571 360
Amortizações de contratos locação financeira		1 100 455	1 378 987
Juros e custos similares		4 278 964	4 247 737
Dividendos pagos		3 144 647	2 160 010
Aquisição de acções próprias		548	621
Fluxos das actividades de financiamento (3)		-11 981 794	-24 823 240
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		6 897 092	8 527 894
Efeito da variação perímetro			
Efeito das diferenças de cambio			1 424
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		34 882 539	37 782 889
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		41 779 631	46 312 207

O Conselho de Administração,

IBERSOL SGPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS INTERCALARES

PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2018

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A IBERSOL, SGPS, SA (“Empresa” ou “Ibersol”), tem sede na Praça do Bom Sucesso, Edifício Península n.º 105 a 159 – 9º, 4150-146 Porto, Portugal, e as suas subsidiárias (conjuntamente, o Grupo), exploram uma rede de 626 unidades no ramo da restauração através das marcas Pizza Hut, Pasta Caffé, Pans & Company, Ribs, FrescCo, SantaMaría, Kentucky Fried Chicken, Burger King, O’ Kilo, Roulotte, Quiosques, Pizza Móvil, Miit, Sol, Sugestões e Opções, Silva Carvalho Catering e Palace Catering, cafetarias e outras concessões. O Grupo possui 496 unidades de exploração própria e 130 em regime de franquia. Deste universo, 291 estão sediadas em Espanha, repartindo-se por 169 estabelecimentos próprios e 122 franquizados, e 10 em Angola.

A Empresa é uma sociedade anónima e está cotada na Euronext de Lisboa.

A Empresa-mãe da Ibersol SGPS é a sociedade APTS – SGPS, S.A..

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo.

2.1. Bases de apresentação

Estas demonstrações financeiras consolidadas intercalares foram preparadas em conformidade com a Norma Internacional n.º 34 – Relato Financeiro Intercalar, pelo que não incluem toda a informação exigida pelas demonstrações financeiras anuais, e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da empresa relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2017.

As demonstrações financeiras consolidadas intercalares foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, alterado para o justo valor no caso dos instrumentos financeiros derivados.

As políticas contabilísticas adoptadas a 30 de Setembro de 2018 são idênticas às adoptadas na preparação das demonstrações financeiras em 30 Setembro e 31 de Dezembro de 2017, com excepção das alterações indicadas no ponto 3 – alteração de políticas contabilísticas, erros e estimativas.

3. ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ERROS E ESTIMATIVAS

O grupo adotou pela primeira vez, em 1 de janeiro de 2018, as novas normas IFRS 15 – Réditos de contratos com clientes e IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, sem reexpressão das demonstrações financeiras comparativas.

3.1 IFRS 15 – Réditos de contratos com clientes

A IFRS 15 aplica-se a todo o rédito que resulta de contratos com clientes (exceto para os contratos abrangidos por outras normas), implicando emendas a diversas IAS/IFRS/IFRIC/SIC e a revogação das IAS 11 e 18, das IFRIC 13, 15 e 18 e da SIC 31.

O princípio fundamental da nova norma é que uma entidade deve reconhecer o rédito para representar a transferência para clientes de bens ou serviços prometidos numa quantia que reflete

a retribuição que a entidade espera receber em troca de tais bens ou serviços, estabelecendo uma metodologia de cinco etapas para o reconhecimento do rédito:

- Etapa 1 – Identificar o contrato com o cliente;
- Etapa 2 – Identificar as obrigações de desempenho;
- Etapa 3 – Determinar o preço da transação;
- Etapa 4 – Alocar o preço da transação às respetivas obrigações de desempenho;
- Etapa 5 – Reconhecimento de rédito (quando é satisfeita uma obrigação de desempenho).

O Grupo adotou esta nova norma a partir de 1 de janeiro de 2018, usando o método retrospectivo modificado, que estabelece que o efeito cumulativo da adoção da norma é reconhecido nos resultados transitados a essa data. Da adoção da IFRS 15 não resultou qualquer efeito nos resultados transitados do Grupo.

Da aplicação da metodologia aos contratos com clientes concluiu-se o seguinte:

Vendas de restauração e mercadorias

Nas vendas de restauração e na venda de mercadorias existe apenas uma obrigação de desempenho, pelo que o rédito é reconhecido de imediato, com a entrega dos bens ao cliente. Nas situações de venda nos restaurantes em que são prometidos ao cliente descontos em vendas futuras através do programa de fidelização por cartão cliente, de acordo com o IFRIC 13 foi estimado o justo valor dos benefícios atribuídos aos clientes, sendo diferido o reconhecimento do rédito até ao momento em que a obrigação é satisfeita ou expira.

Contratos de Franquia

Nos contratos com clientes franquiados, o Grupo tem a obrigação de conceder ao cliente o direito à utilização da marca e respetivo know-how de funcionamento, num determinado local e por um período de tempo acordado, e o cliente tem a obrigação de pagar uma contrapartida, normalmente traduzida em:

- valor inicial de entrada, correspondente ao direito de abertura;
- royalties de exploração mensais, cujo modo de cálculo está previamente definido no contrato (montante fixo previamente estabelecido ou montante determinado periodicamente mediante a aplicação de uma percentagem ao valor das vendas efetuadas pelo cliente);
- quota mensal para fins publicitários.

Existindo valor inicial de entrada, o mesmo é contabilizado como proveito diferido, de modo a que o reconhecimento do respetivo rédito seja efetuado ao longo de toda a vida do contrato.

O reconhecimento do rédito correspondente aos royalties de exploração mensais e às quotas de publicidade mensais é efetuado de imediato, coincidindo com a satisfação das obrigações de desempenho.

3.2 IFRS 9 – Instrumentos financeiros

A IFRS 9 introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração dos ativos financeiros, passivos financeiros e para alguns contratos de compra ou venda de bens não financeiros. Este normativo substitui os requisitos previstos na IAS 39.

A IFRS 9 substitui o modelo de perdas incorridas da IAS 39 por um modelo de perdas esperadas.

O Grupo adotou a IFRS 9 assumindo a opção no momento da transição pela abordagem retrospectiva modificada, sem reexpressão da informação comparativa.

O grupo aplicou a IFRS 9 sobre as Obrigações do Tesouro do Estado Angolano, ativos financeiros do grupo.

O impacto no momento da transição e no período encontram-se apresentados na Nota 19.

4. ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS IMPORTANTES E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras requer estimativas e julgamentos da gestão. As estimativas e julgamentos adoptadas a 31 de Dezembro de 2017 não foram substancialmente diferentes dos valores que se efectivaram no período findo em 30 de Setembro de 2018.

5. INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO E OUTRAS

5.1. As empresas do Grupo incluídas na consolidação em 30 de Setembro de 2018 e 30 Setembro e 31 de Dezembro de 2017 são as seguintes:

Firma	Sede	% Participação		
		set/18	dez/17	set/17
Empresa mãe				
Ibersol SGPS, S.A.	Porto	mãe	mãe	mãe
Empresas filiais				
Iberusa Hotelaria e Restauração, S.A.	Porto	100%	100%	100%
Ibersol Restauração, S.A.	Porto	100%	100%	100%
Ibersande Restauração, S.A.	Porto	100%	100%	100%
Ibersol Madeira e Açores Restauração, S.A.	Funchal	100%	100%	100%
Ibersol - Hotelaria e Turismo, S.A.	Porto	100%	100%	100%
Iberking Restauração, S.A.	Porto	100%	100%	100%
Iberaki Restauração, S.A.	Porto	100%	100%	100%
Restmon Portugal, Lda	Porto	61%	61%	61%
Vidisco, S.L.	Vigo - Espanha	100%	100%	100%
Inverpeninsular, S.L.	Vigo - Espanha	100%	100%	100%
(d) Ibergourmet Produtos Alimentares, S.A.	Porto	-	-	100%
Ferro & Ferro, Lda.	Porto	100%	100%	100%
Asurebi SGPS, S.A.	Porto	100%	100%	100%
Charlotte Develops, SL	Madrid-Espanha	100%	100%	100%
Firmoven Restauração, S.A.	Porto	100%	100%	100%
IBR - Sociedade Imobiliária, S.A.	Porto	100%	100%	100%
Eggon SGPS, S.A.	Porto	100%	100%	100%
Anatir SGPS, S.A.	Porto	100%	100%	100%
Lurca, SA	Madrid-Espanha	100%	100%	100%
Sugestões e Opções-Actividades Turísticas, S.A	Porto	100%	100%	100%
(f) Resboavista- Restauração Internacional, Lda	Porto	-	100%	100%
José Silva Carvalho Catering, S.A	Porto	100%	100%	100%
(a) Iberusa Central de Compras para Restauração ACE	Porto	100%	100%	100%
(b) Vidisco, Pasta Café Union Temporal de Empresas	Vigo - Espanha	100%	100%	100%
Maestro - Serviços de Gestão Hoteleira, S.A.	Porto	100%	100%	100%
SEC - Eventos e Catering, S.A.	Porto	100%	100%	100%
IBERSOL - Angola, S.A.	Luanda - Angola	100%	100%	100%
HCI - Imobiliária, S.A.	Luanda - Angola	100%	100%	100%
(d) Ibergourmet Produtos Alimentares (ex-Gravos 2012, S.A.)	Porto	100%	100%	100%
Lusinver Restauracion, S.A.	Vigo - Espanha	100%	100%	100%
The Eat Out Group S.L.U.	Barcelona - Espanha	100%	100%	100%
Pansfood, S.A.U.	Barcelona - Espanha	100%	100%	100%
Foodstation, S.L.U	Barcelona - Espanha	100%	100%	100%
(c) Dehesa de Santa Maria Franquicias, S.L.	Barcelona - Espanha	50%	50%	50%
(e) Pansfood Italia, S.R.L.	Barcelona - Espanha	-	100%	100%
Empresas controladas conjuntamente				
UQ Consult - Serviços de Apoio à Gestão, S.A.	Porto	50%	50%	50%

(a) Agrupamento Complementar de Empresas que actua como Central de Compras e de Logística e assegura o aprovisionamento dos respectivos restaurantes em matérias-primas e serviços de manutenção.

(b) Union Temporal de Empresas constituída em 2005 e que ao longo do ano funcionou como Central de Compras em Espanha, assegurando o aprovisionamento de matérias-primas dos respectivos restaurantes.

(c) Apesar da empresa-mãe deter 50% dos direitos de voto, existe controlo da subsidiária Dehesa.

(d) Como resultado da Fusão da subsidiária Ibergourmet na Gravos, esta adopta a designação social da subsidiária fundida.

(e) Dissolução da sociedade ocorreu nos primeiros três meses de 2018.

(f) Fusão da subsidiária Resboavista na José Silva Carvalho Catering, SA,

Estas empresas filiais foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral. À entidade conjuntamente controlada UQ Consult foi aplicado o método de equivalência patrimonial em função da percentagem de participação detida pelo grupo.

As percentagens de participação nas sociedades referidas consubstanciam-se em idêntica percentagem de direitos de voto.

5.2. Alterações ocorridas no perímetro de consolidação

5.2.1. Aquisição de novas sociedades

No período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2018 não houve lugar à aquisição de novas sociedades.

5.2.2. Alienações

No período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2018 não houve lugar à alienação de novas sociedades.

6. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

A Administração da Ibersol monitoriza o negócio com base na seguinte segmentação:

SEGMENTO	MARCAS					
Restaurantes	Pizza Hut	Pasta Caffè	Pizza Movil	FresCo	Ribs	StaMaria
Counters	KFC	O'Kilo	Miit	Burguer King	Pans &C. ^a	Quiosques
Concessões e Catering	Sol (AS)	Concessões	Catering	Lojas conveniência		Travel

Os resultados por segmento para os períodos de nove meses findos em 30 de Setembro de 2018 e de 2017 são:

	Restaurantes	Counters	Concessões e Catering	Outros, eliminações e ajustamentos	Total Grupo
30 DE SETEMBRO 2018					
Cliente Inter-segmento	-	-	-	-	-
Cliente externo	81 737 615	154 157 284	99 520 502	285 028	335 700 429
Volume de Negócios	81 737 615	154 157 284	99 520 502	285 028	335 700 429
Royalties	3 066 816	6 064 625	1 039 045	-	10 170 486
Rendas e Condomínios	8 328 615	14 910 106	29 872 465	-	53 111 186
CEVC	19 223 223	44 144 387	18 790 134	-	82 157 744
Cash-flow operacional (EBITDA)	11 781 695	21 529 411	15 020 309	-	48 331 416
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade	4 557 650	10 348 875	2 910 479	751 395	18 568 399
Resultado operacional (EBIT)	7 224 045	11 180 536	12 109 830	-751 395	29 763 017

30 DE SETEMBRO 2017	Restaurantes	Counters	Concessões e Catering	Outros, eliminações e ajustamentos	Total Grupo
Cliente Inter-segmento	-	-	-	-	-
Cliente externo	76 408 685	148 420 008	106 854 273	828 510	332 511 475
Volume de Negócios	76 408 685	148 420 008	106 854 273	828 510	332 511 475
Royalties	2 843 846	5 839 375	1 331 242	-	10 014 464
Rendas e Condomínios	8 204 876	14 711 469	31 679 897	-	54 596 242
CEVC	15 497 815	39 239 468	21 394 719	-	76 132 002
Cash-flow operacional (EBITDA)	11 985 496	23 647 308	14 190 212	-	49 823 016
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade	5 294 945	11 130 302	4 288 019	329 602	21 042 868
Resultado operacional (EBIT)	6 690 551	12 517 006	9 902 193	-329 602	28 780 148

O detalhe de réditos e activos não correntes por geografia a 30 de Setembro de 2018 e de 2017, apresenta-se como segue:

30 DE SETEMBRO 2018	Portugal (1)	Espanha	Grupo
Restauração	178 225 402	144 969 219	323 194 621
Mercadorias	598 774	8 573 335	9 172 109
Prestação de Serviços	198 136	3 135 563	3 333 699
Volume de Negócio	179 022 312	156 678 117	335 700 429
Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis	168 687 357	57 612 565	226 299 922
Goodwill	7 605 482	85 257 304	92 862 786
Investimentos financeiros - Entidades conjuntamente controladas	2 451 660	-	2 451 660
Activos financeiros disponíveis para venda	198 620	-	198 620
Outros activos financeiros	16 902 763	-	16 902 763
Outros activos não correntes	-	14 935 320	14 935 320
Total de activos não correntes	195 845 882	157 805 189	353 651 071
30 DE SETEMBRO 2017	Portugal (1)	Espanha	Grupo
Restauração	166 833 118	160 021 778	326 854 896
Mercadorias	895 996	1 061 034	1 957 030
Prestação de Serviços	149 793	3 549 756	3 699 549
Volume de Negócio	167 878 907	164 632 568	332 511 475
Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis	149 790 190	42 840 730	192 630 920
Goodwill	7 605 482	103 551 176	111 156 658
Investimentos financeiros - Entidades conjuntamente controladas	2 441 757	-	2 441 757
Activos financeiros disponíveis para venda	486 092	-	486 092
Outros activos financeiros	8 376 056	-	8 376 056
Outros activos não correntes	-	6 522 718	6 522 718
Total de activos não correntes	168 699 577	152 914 624	321 614 201

(1) Angola incluída no segmento de Portugal, pela ainda reduzida dimensão das suas operações.

7. FACTOS NÃO USUAIS E NÃO RECORRENTES E SAZONALIDADE

Nos primeiros nove meses do exercício de 2018 não se registaram quaisquer factos não usuais.

A sazonalidade do negócio de restauração é caracterizada por picos de vendas nos meses de Julho, Agosto e Dezembro o que conduz a que o 3º trimestre do ano apresente maior atividade

que nos trimestres anteriores. No período que compreende os nove primeiros meses do ano, os anos anteriores têm evidenciado que, em perímetro comparável e com uma distribuição razoavelmente uniforme de aberturas e encerramentos, as vendas são cerca de 75% do volume anual e o resultado operacional representa cerca de 85%.

8. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2018 e durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, o movimento ocorrido no valor dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamentos	Outros Activos fixos tangíveis	Activos Tangíveis em curso	Total
01 de Janeiro de 2017						
Custo	11 342 041	220 212 458	117 019 630	22 193 978	1 500 446	372 268 553
Depreciação acumulada	74 637	80 298 255	87 254 431	15 115 597	-	182 742 920
Imparidade Acumulada	-	10 319 953	1 082 628	64 515	-	11 467 096
Valor líquido	11 267 404	129 594 249	28 682 571	7 013 867	1 500 446	178 058 537
31 Dezembro de 2017						
Valor líquido inicial	11 267 404	129 594 249	28 682 571	7 013 867	1 500 446	178 058 537
Variações do perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	-
Economia Hiperinflacionária (IAS 29) (1)	4 080 348	8 651 564	3 298 994	847 509	128 459	17 006 874
Conversão cambial	-15 473	-39 843	-21 568	-4 851	-184	-81 919
Adições	56 250	19 394 715	9 055 620	2 376 456	1 293 809	32 176 850
Diminuições	-	917 791	61 047	-4 228	159 773	1 134 383
Transferências	-	1 041 722	45 576	7 795	-1 086 883	8 210
Depreciação exercício	63 815	16 988 782	9 279 936	1 559 785	-	27 892 318
Deprec. pelas variações do perímetro	-	-	-	-	-	-
Imparidade exercício	-	169 635	-	-	-	169 635
Reversão de imparidade	-	-	-	-	-	-
Valor líquido final	15 324 714	140 566 200	31 720 210	8 685 219	1 675 874	197 972 217
31 Dezembro de 2017						
Custo	15 551 381	243 311 373	127 906 062	25 621 216	1 675 874	414 065 908
Depreciação acumulada	226 667	92 908 055	95 172 615	16 877 084	-	205 184 420
Imparidade Acumulada	-	9 837 119	1 013 238	58 914	-	10 909 271
Valor líquido	15 324 714	140 566 200	31 720 210	8 685 219	1 675 874	197 972 217
30 Setembro de 2018						
Valor líquido inicial	15 324 714	140 566 200	31 720 210	8 685 219	1 675 874	197 972 217
Variações do perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	-
Economia Hiperinflacionária (IAS 29) (1)	585 506	846 823	221 134	43 836	-42 137	1 655 162
Conversão cambial	-1 407 462	-3 381 264	-1 680 052	-370 250	-33 944	-6 872 972
Adições	-	7 510 464	3 982 681	923 100	3 589 096	16 005 341
Diminuições	-	490 548	642 552	15 360	133 757	1 282 217
Transferências	-	35 857	484 598	82 728	-603 183	-
Depreciação exercício	13 607	10 081 593	5 046 423	1 160 297	-	16 301 920
Deprec. pelas variações do perímetro	-	-	-	-	-	-
Imparidade exercício	-	-	-	-	-	-
Imparid. pelas variações do perímetro	-	-	-	-	-	-
Reversão de imparidade	-	-	-	-	-	-
Valor líquido final	14 489 151	135 005 939	29 039 596	8 188 976	4 451 949	191 175 611
30 Setembro de 2018						
Custo	14 718 547	238 508 596	125 572 998	25 870 168	4 451 949	409 122 258
Depreciação acumulada	229 397	93 995 563	95 593 064	17 622 743	-	207 440 767
Imparidade Acumulada	-	9 507 094	940 338	58 448	-	10 505 880
Valor líquido	14 489 150	135 005 939	29 039 596	8 188 977	4 451 949	191 175 611

(1) os movimentos decorrentes da aplicação do IAS 29, economia hiperinflacionária, nos ativos fixos tangíveis das subsidiárias em Angola, apresentam-se conforme segue:

Reexpressão de Ativos fixos tangíveis (AFT) 31/12/2017	17 006 874
Reexpressão de AFT no período de 9 meses findo em 30/09/2018:	
Custo	3 387 392
Depreciação acumulada	-1 732 230
sub-total	<u>1 655 162</u>
TOTAL	<u>18 662 036</u>

Em 2017, foi efetuado um investimento de aproximadamente 2,7 milhões euros na cozinha central em Portugal. O restante investimento diz respeito, fundamentalmente, à abertura de 11 unidades Burguer King, 4 unidade KFC, à abertura da concessão no Aeroporto de Santa Maria (Açores) e de uma concessão no grupo Eat Out.

Em 2018, o investimento efetuado diz essencialmente respeito à abertura de 3 unidades KFC, 2 unidades Pizza Hut, 1 Burguer King e 1 Ribs e 8 concessões e, em curso, fundamentalmente, a 9 unidades Burguer King a abrir no exercício.

9. ACTIVOS INTANGÍVEIS E GOODWILL

Os activos intangíveis e o goodwill decompõem-se como se segue:

	<u>set/18</u>	<u>dez/17</u>
Goodwill	92 862 786	92 862 786
Activos intangíveis	<u>35 124 311</u>	<u>35 115 966</u>
	<u>127 987 097</u>	<u>127 978 752</u>

Durante o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2018 e durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, o movimento ocorrido no valor dos activos intangíveis e goodwill, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Goodwill	Marcas	Propriedade Industrial	Outros Activos Intangíveis	Activos Intangíveis em curso	Total
01 de Janeiro de 2017						
Custo	92 862 786	22 000 000	37 973 000	14 875 727	693 528	168 405 041
Amortização acumulada	-	183 333	22 597 027	12 252 079	-	35 032 440
Imparidade acumulada	-	-	3 668 664	41 875	-	3 710 538
Valor líquido	92 862 786	21 816 667	11 707 309	2 581 773	693 528	129 662 064
31 Dezembro de 2017						
Valor líquido inicial	92 862 786	21 816 667	11 707 309	2 581 773	693 528	129 662 064
Economia Hiperinflacionária (IAS 29) (1)	-	-	368 432	-	538 852	907 284
Conversão cambial	-	-	-2 792	-	-2 808	-5 600
Adições	-	-	1 221 296	-	96 547	1 317 843
Diminuições	-	-	-178	22 024	-	21 845
Transferências	-	-	13 664	-	-13 664	-
Amortização do exercício	-	1 100 000	1 916 576	864 416	-	3 880 994
Deprec. pelas variações do perímetro	-	-	-	-	-	-
Imparidade Exercício	-	-	-	-	-	-
Imparid. pelas variações do perímetro	-	-	-	-	-	-
Reversão de imparidade	-	-	-	-	-	-
Valor líquido final	92 862 786	20 716 667	11 391 511	1 695 333	1 312 455	127 978 752
31 Dezembro de 2017						
Custo	92 862 786	22 000 000	40 254 584	13 873 100	1 312 455	170 302 926
Amortização acumulada	-	1 283 333	25 197 741	12 135 892	-	38 616 967
Imparidade acumulada	-	-	3 665 332	41 875	-	3 707 207
Valor líquido	92 862 786	20 716 667	11 391 511	1 695 333	1 312 455	127 978 752

	Goodwill	Marcas	Propriedade Industrial	Outros Activos Intangíveis	Activos Intangíveis em curso	Total
30 Setembro de 2018						
Valor líquido inicial	92 862 786	20 716 667	11 391 511	1 695 333	1 312 455	127 978 752
Variações do perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	-
Economia Hiperinflacionária (IAS 29) (1)	-	-	42 262	-	80 732	122 994
Conversão cambial	-	-	-219 353	-	-258 256	-477 609
Adições	-	-	808 259	10 000	1 694 222	2 512 481
Diminuições	-	-	37 899	-	3 670	41 569
Transferências	-	-	-	-	-	-
Amortização do exercício	-	825 000	1 006 949	276 004	-	2 107 953
Deprec. pelas variações do perímetro	-	-	-	-	-	-
Imparidade exercício	-	-	-	-	-	-
Imparid. pelas variações do perímetro	-	-	-	-	-	-
Reversão de imparidade	-	-	-	-	-	-
Valor líquido final	92 862 786	19 891 667	10 977 831	1 429 329	2 825 483	127 987 097
30 Setembro de 2018						
Custo	92 862 786	22 000 000	40 546 331	13 209 569	2 825 483	171 444 170
Amortização acumulada	-	2 108 333	25 903 166	11 738 364	-	39 749 865
Imparidade acumulada	-	-	3 665 332	41 875	-	3 707 207
Valor líquido	92 862 786	19 891 667	10 977 833	1 429 330	2 825 483	127 987 097

(1) os movimentos decorrentes da aplicação do IAS 29, economia hiperinflacionária, nos ativos intangíveis das subsidiárias em Angola, apresentam-se conforme segue:

Reexpressão de Ativos intangíveis (AI) 31/12/2017	907 284
Reexpressão de AI no período de 9 meses findo em 30/09/2018:	
Custo	272 837
Amortização acumulada	-149 843
sub-total	<u>122 994</u>
TOTAL	<u>1 030 278</u>

A distribuição do Goodwill alocado aos segmentos apresenta-se como segue:

	<u>set/18</u>	<u>dez/17</u>
Restaurantes	16 635 390	16 635 390
Counters	37 199 991	37 199 991
Concessões e Catering	38 847 684	38 847 684
Outros, eliminações e ajustamentos	179 721	179 721
	<u>92 862 786</u>	<u>92 862 786</u>

10. RESULTADO POR ACÇÃO

Em 30 de Setembro de 2018 e de 2017, o resultado básico e diluído por acção foi calculado como segue:

	<u>set/18</u>	<u>set/17</u>
Lucro atribuível aos detentores do capital	23 680 883	21 474 681
Número médio ponderado das acções ordinárias emitidas (1)	36 000 000	36 000 000
Número médio ponderado de acções próprias	-3 599 982	-3 599 982
	<u>32 400 018</u>	<u>32 400 018</u>
Resultado básico por acção (€ por acção)	<u>0,73</u>	<u>0,66</u>
Resultado diluído por acção (€ por acção)	<u>0,73</u>	<u>0,66</u>
Número acções próprias no final do período	<u>3 599 982</u>	<u>3 599 982</u>

Dado não haver direitos de voto potenciais, o resultado básico por acção é igual ao resultado diluído por acção.

Na Assembleia Geral Anual de 14 de Maio de 2018 foi deliberado um aumento do capital social para 36 milhões de euros, por incorporação de reservas livres no montante de 6 milhões de euros. Deste aumento do capital social resulta um aumento de 599.988 acções próprias.

A Ibersol adquiriu 56 acções próprias no período findo em 30 de Setembro de 2018.

11. DIVIDENDOS

Na Assembleia Geral Anual de 14 de Maio de 2018 foram atribuídos dividendos ilíquidos de 0,10 euros por acção (0,10 euros em 2017), correspondendo a um valor total de 2.700.006 euros para as acções em circulação (2.160.010 euros em 2017), cujo pagamento foi efetuado em Junho de 2018.

12. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

O Grupo possui passivos contingentes respeitantes a garantias bancárias e de outra natureza e outras contingências relacionadas com o seu negócio (relativas a licenciamentos, taxas de publicidade, higiene e segurança alimentar e colaboradores, sendo a taxa de sucesso da Ibersol nestes processos historicamente elevada). Não se espera que existam passivos significativos decorrentes dos passivos contingentes.

A 30 Setembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, as responsabilidades não registadas pelas empresas incluídas na consolidação são constituídas principalmente por garantias bancárias prestadas por sua conta, conforme segue:

	<u>set/18</u>	<u>dez/17</u>
Garantias bancárias	36 143 054	25 753 064

13. COMPROMISSOS

A 30 de Setembro de 2018 não existem compromissos significativos relativos a investimentos contratados não incluídos nestas Demonstrações Financeiras.

14. IMPARIDADES

Os movimentos ocorridos nos nove meses findos em 30 de Setembro de 2018 e durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 na rubrica perdas de imparidade de activos, foram os seguintes:

	set/18						
	Saldo inicial	Conversão cambial	Anulação	Abates bens c/ imparidade	Imparidade do ano	Reversão imparidade	Saldo final
Activos Fixos Tangíveis	10 909 271	-	-	-403 392	-	-	10 505 879
Activos Intangíveis	3 707 206	-	-	-	-	-	3 707 206
Existências	74 981	-	-	-	-	-	74 981
Outros activos correntes	2 159 669	-28 029	-37 454	-	400 600	-	2 494 786
Outros activos financeiros (corrente e não corrente)	-	-	-	-	882 613	-	882 613
	16 851 128	-28 029	-37 454	-403 392	1 283 213	-	17 665 466

	dez/17						
	Saldo inicial	Conversão cambial	Anulação	Abates bens c/ imparidade	Imparidade do ano	Reversão imparidade	Saldo final
Activos Fixos Tangíveis	11 467 097	-	-	-727 460	169 635	-	10 909 271
Activos Intangíveis	3 710 538	-	-	-3 332	-	-	3 707 206
Existências	74 981	-	-	-	-	-	74 981
Outros activos correntes	2 753 877	305	-1 176 843	-	702 271	-119 940	2 159 669
	18 006 493	305	-1 176 843	-730 792	871 905	-119 940	16 851 128

15. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

15.1 Factores de risco financeiro

As actividades do Grupo estão expostas a uma variedade de factores do risco financeiro: risco de mercado (inclui risco cambial, risco do justo valor associado à taxa de juro e risco de preço), risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo detém um programa de gestão do risco que foca a sua análise nos mercados financeiros procurando minimizar os potenciais efeitos adversos desses riscos na performance financeira do Grupo.

A gestão do risco financeiro é conduzida pelo Departamento Financeiro, com base nas políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza coberturas de riscos financeiros em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo. A Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez.

a) **Risco de mercado**


i) **Risco cambial**

No que respeita ao risco cambial, o Grupo prossegue uma política de cobertura natural recorrendo a financiamentos em moeda local. Uma vez que o Grupo está essencialmente presente no mercado ibérico, os empréstimos bancários estão maioritariamente denominados em euros e o volume de compras, fora da zona Euro, não assume proporções relevantes.


A principal fonte de exposição do Grupo advém do investimento fora da zona euro da operação que desenvolve em Angola, ainda de pequena dimensão e em fase de perda de peso na atividade do grupo. Os desequilíbrios da economia angolana acarretam uma escassez de moeda estrangeira em Angola, pelo que a desvalorização do Kwanza é um risco a considerar. O financiamento da filial angolana em moeda estrangeira, no montante de 625.000 USD, não apresenta grande exposição em função do reduzido montante. Os restantes financiamentos contraídos pelas filiais angolanas estão denominados na moeda local, a mesma em que são gerados os proveitos. Face às atuais limitações de pagamentos ao exterior, o grupo adotou uma política de monitorização mensal dos saldos credores em moeda estrangeira e a sua cobertura integral com a aquisição de Obrigações do Tesouro da República de Angola, indexadas ao USD.

A taxa de câmbio utilizada nas demonstrações financeiras para conversão de transacções e saldos expressos em Kwanzas, foram respectivamente de:

set/18

Taxas de câmbio de referência do Euro (x de moeda estrangeira por 1 Euro)	Taxa em 30 de Setembro de 2018	Taxa média do 3º Trim 2018
 Kwanza de Angola (AOA)	343,525	282,247

dez/17

Taxas de câmbio de referência do Euro (x de moeda estrangeira por 1 Euro)	Taxa em 31 de Dezembro de 2017	Taxa média do ano 2017
 Kwanza de Angola (AOA)	185,391	187,441

ii) Risco de preço

O Grupo não está significativamente exposto ao risco de preço das mercadorias.

iii) Risco de taxa de juro (fluxos de caixa e justo valor)

Com excepção das Obrigações de Tesouro do Estado Angolano, o grupo não tem activos remunerados com juros significativos. Assim sendo, o lucro e os fluxos de caixa da actividade de investimento são substancialmente independentes das alterações da taxa de juro de mercado. No que diz respeito às Obrigações de Tesouro do Estado Angolano, o juro é fixo, pelo que também não existe risco.

O risco principal de taxa de juro do Grupo advém do passivo nomeadamente de empréstimos obtidos de longo prazo. Empréstimos emitidos com taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. Empréstimos emitidos com taxas fixas expõem o Grupo ao risco do justo valor associado à taxa de juro. Com o actual nível das taxas de juro, a política do grupo é, em financiamentos de maior maturidade, de proceder à fixação das taxas de juro de 50% do montante em dívida.

A dívida remunerada vence juros a taxa variável tendo sido uma parte objecto de fixação de taxa de juro através de um derivado swap taxa de juro. Os contratos swap de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro de uma parte dos empréstimos (papel comercial) de 31,3 milhões de euros têm subjacentes os prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso idênticos às condições dos empréstimos.

Baseado em simulações realizadas a 30 de Setembro de 2018, uma subida de mais 100 pontos base na taxa de juro, mantendo tudo o resto constante, teria um impacto negativo no resultado líquido do período de 570 mil euros (949 mil euros, em Dezembro 2017).

b) Risco de crédito

A principal actividade do Grupo é realizada com vendas pagas a dinheiro ou cartão de débito ou crédito, pelo que o Grupo não tem concentrações de risco de crédito relevantes. Em relação a clientes o risco está circunscrito aos negócios de Catering e vendas de mercadorias e serviços a franquizados que representam cerca de 6% do volume de negócios consolidado. O Grupo tem políticas que asseguram que as vendas a crédito são efectuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado. O Grupo tem políticas que limitam o montante de crédito a que os clientes têm acesso, não existindo informação sobre o rating atribuído a essas entidades.

As disponibilidades do Grupo incluem, essencialmente depósitos decorrentes do caixa gerado pelas operações e respetivos depósitos nas contas à ordem. Excluídos esses montantes, é reduzido o valor das aplicações financeiras a 30 de Setembro de 2018, com excepção das já mencionadas OT's da República de Angola no montante de 19 milhões de euros, sujeitas ao risco país.

Os depósitos e outras aplicações financeiras encontram-se dispersos por várias instituições de crédito, não existindo, por conseguinte, concentração destes ativos financeiros.

c) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção de um valor suficiente em caixa e depósitos bancários, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a capacidade de liquidar posições de mercado. A gestão das necessidades de tesouraria é feita com base no planeamento anual que é revisto trimestralmente e ajustado diariamente. Em conformidade com a dinâmica dos negócios subjacentes, a Tesouraria do Grupo tem vindo a efectuar uma gestão flexível do papel comercial e a negociação de linhas de crédito disponíveis a todo o momento.

Para o efeito consideram-se que os empréstimos bancários de curto prazo vencem na data de renovação e que os contratos de papel comercial vencem nas datas de denúncia, apesar de ser usual a sua renovação.

A 30 de Setembro de 2018, o passivo corrente ascende a 131 milhões de euros, face aos 85 milhões de activo corrente. Este desequilíbrio é, em parte uma característica financeira deste negócio, noutra deve-se a alguns programas de Papel Comercial, com cláusulas de denúncia, em que se considera o reembolso na data de denúncia independentemente dos prazos pelos quais estão contratados. Durante o ano de 2018 prevê-se a manutenção da emissão do Papel Comercial com denúncia considerado em dívida de curto prazo (10.000.000 euros). No entanto, os fluxos de caixa operacionais previstos e, em caso de necessidade, o papel comercial e as linhas de crédito contratadas, cujos montantes ainda não foram utilizados, são suficientes para liquidar o passivo corrente.

Mesmo com reduzida utilização, o grupo tem contratado um montante significativo de linhas de curto prazo. Em 30 de Setembro de 2018, a utilização das linhas de curto prazo de apoio à tesouraria era cerca de 5%. Os excedentes de disponibilidade e outras aplicações de 49 milhões de euros correspondem a 37% do passivo remunerado.

Na tabela seguinte são apresentados os passivos financeiros (grupos relevantes) considerando os cash-flows contratuais não descontados:

	<u>até Setembro 2019</u>	<u>de Setembro de 2019 a 2028</u>
Empréstimos	41 485 814	91 190 685
Outros passivos não correntes	-	157 556
Contas a pagar a fornecedores e acréscimos de custos	63 902 614	388 924
Outros passivos correntes	3 059 539	-
Total	<u>108 447 967</u>	<u>91 737 165</u>

15.2. Risco de capital

a) Rácio de alavancagem financeira

A sociedade procura manter um nível de capitais próprios adequado às características do principal negócio (vendas a dinheiro e crédito de fornecedores) e a assegurar a continuidade e expansão.

O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (definido como: dívida remunerada líquida / (dívida remunerada líquida+capital próprio)) com o objectivo de o situar no intervalo 35%-70%.

O rácio de alavancagem financeira em 30 de Setembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017 foi de 25% e 31%, respectivamente, conforme evidenciado no quadro abaixo:

	<u>set/18</u>	<u>dez/17</u>
Empréstimos	132 676 499	141 014 741
Outros activos financeiros	-19 337 615	-22 986 661
Caixa e depósitos bancários	-43 844 987	-34 902 883
Endividamento líquido	<u>69 493 897</u>	<u>83 125 197</u>
Capital próprio	<u>203 660 132</u>	<u>188 620 193</u>
Capital total	<u>273 154 029</u>	<u>271 745 390</u>
Rácio de alavancagem financeira	25%	31%

b) Risco de contratos de franquia

Nos restaurantes em que opera com marcas internacionais, o grupo celebra contratos de franquia de longo prazo: 20 anos no caso da Burguer King e 10 anos no caso da Pizza Hut e KFC, estes renováveis por outros 10 anos por opção do franquiado, desde que cumpridas algumas obrigações.

Tem vindo a ser prática que estes contratos no seu termo sejam renovados. Porém nada obriga os franquiados a fazê-lo, pelo que poderá verificar-se o risco de não renovação.

Nestes contratos é normal contratar-se o pagamento de um “Initial Fee” no início de cada contrato e de um “Renewal Fee” no termo do período inicial, para além de um royalty de operações de marketing sobre as vendas efectuadas.

Periodicamente são negociados contratos de desenvolvimento que garantem o direito de abertura de novos restaurantes.

Neste momento está celebrado um contrato para a implantação de 40 restaurantes KFC no período que medeia entre Maio de 2017 e Maio de 2022.

15.3. Estimativa de justo valor

O justo valor dos instrumentos financeiros comercializados nos mercados activos (por exemplo derivados negociados publicamente, títulos para negociação e disponíveis para venda) é determinado com base nos preços do mercado de cotação à data de demonstração consolidada da posição financeira. O preço do mercado usado para os activos financeiros do Grupo é o preço recebido pelos accionistas no mercado corrente. O preço do mercado para os passivos financeiros é o preço a pagar no mercado corrente.

O valor nominal de contas a receber (deduzido de ajustamentos de imparidade) e a pagar é assumido como aproximado do seu justo valor. O justo valor dos passivos financeiros é estimado actualizando os fluxos de caixa futuros contratualizados à taxa de juro do mercado corrente que está disponível para instrumentos financeiros similares.

16. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

16.1 Outros activos e passivos correntes

O detalhe dos outros activos e passivos correntes em 30 de Setembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, apresenta-se como segue:

OUTROS ACTIVOS CORRENTES

	<u>set/18</u>	<u>dez/17</u>
Clientes	9 705 203	7 045 044
Estado e outros entes públicos	3 691 594	1 821 312
Outros devedores	5 745 278	4 797 968
Adiantamentos a fornecedores c/c	298 569	443 940
Adiantamentos a fornecedores imobilizado	-	320 781
Acréscimos de proveitos	5 265 079	5 060 103
Custos diferidos	2 404 433	2 494 073
Outros activos correntes	27 110 156	21 983 221
Perdas de imparidade acumuladas	2 494 786	2 159 659
	<u>24 615 370</u>	<u>19 823 562</u>

OUTROS PASSIVOS CORRENTES

	<u>set/18</u>	<u>dez/17</u>
Outros credores	3 059 539	9 900 301
Estado e outros entes públicos	8 561 469	7 677 912
Proveitos diferidos	1 504 118	691 832
Outros passivos correntes	13 125 126	18 270 045

16.2 Outros activos não correntes

O detalhe dos outros activos não correntes em 30 de Setembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, apresenta-se como segue:

OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

	<u>set/18</u>	<u>dez/17</u>
Adiantamento p/ compra participação	1 511 000	-
Outros Empréstimos	4 000 000	-
Outros devedores:		
Depósitos e cauções (1)	9 800 086	5 853 001
Créditos concedidos a terceiros	500 770	641 326
Outros activos não correntes	15 811 856	6 494 327
Valor desconto (1)	876 536	-
	<u>14 935 320</u>	<u>6 494 327</u>

(1) o saldo da rubrica outros devedores não correntes é maioritariamente constituído por depósitos e cauções constituídos em Espanha, resultantes de contratos de arrendamento.

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo, no caso de dívidas de médio e longo prazo, subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efectiva, deduzido do ajustamento de imparidade.

No semestre, foi aplicada uma taxa de desconto de 2%, reconhecendo uma perda no montante de 876.536 eur (Nota 17).

17. CUSTO DE FINANCIAMENTO LÍQUIDO

A decomposição de Custo de financiamento líquido em 30 de Setembro de 2018 e 2017 apresenta-se como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Juros suportados	2 179 807	3 406 360
Juros obtidos	-1 228 956	-900 136
Diferenças de câmbio	-16 329	-126 779
Descontos de pronto pagamento obtidos	-9 416	-7 629
Outros custos e proveitos financeiros	<u>1 935 967</u>	<u>1 297 123</u>
	<u>2 861 073</u>	<u>3 668 939</u>

O detalhe de outros custos e proveitos financeiros, apresenta-se como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Serviços bancários (1)	665 489	807 804
Derivados	-39 832	-40 873
Comissões PPC	503 536	524 419
Valor desconto (Nota 16)	876 536	-
Reversão imparidade OT's (IFRS9)	-120 756	-
Outras comissões (1)	44 491	24 686
Outros custos e proveitos financeiros	<u>6 503</u>	<u>-18 913</u>
	<u>1 935 967</u>	<u>1 297 123</u>

(1) montante referente, essencialmente, a comissões bancárias de garantias e comissões sobre as transações de OT's em Angola.

18. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos em 30 de Setembro de 2018 e 2017 são detalhados como segue:

	<u>set/18</u>	<u>set/17</u>
Imposto corrente	6 700 576	6 407 356
Insuficiência (excesso) de estimativa de imposto	-32 560	-2 707 163
Imposto diferido	<u>-2 195 333</u>	<u>-409 316</u>
	<u>4 472 683</u>	<u>3 290 877</u>

A taxa efectiva de impostos sobre lucros foi de 16% em 30 de Setembro de 2018 e 24% em igual período de 2017, conforme segue:

	<u>set/18</u>	<u>set/17</u>
Lucros antes de impostos	28 341 374	25 135 335
Imposto s/ rendimento	<u>4 505 243</u>	<u>5 998 040</u>
Taxa efectiva de imposto	<u>16%</u>	<u>24%</u>

A taxa efectiva de imposto estimado no período foi de 16%, inferior à taxa nominal devido, essencialmente, aos benefícios fiscais obtidos, nos termos do Código Fiscal de Investimento (CFI), anexo ao Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 Outubro.

19. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS

O montante de activos financeiros, refere-se à aquisição de Obrigações de Tesouro do Estado Angolano, reajustáveis em conformidade com a variação da taxa de câmbio, de referência do Banco Nacional de Angola para a compra de Dólares dos Estados Unidos da América, com taxas de juro do cupão predefinidas por maturidade, conforme segue:

	set/18			dez/17		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Obrigações de tesouro	2 545 985	17 674 244	20 220 228	5 162 755	17 823 906	22 986 661
Sub-total	2 545 985	17 674 244	20 220 228	5 162 755	17 823 906	22 986 661
Perdas de imparidade acumuladas (1)	111 132	771 481	882 613	-	-	-
TOTAL	2 434 853	16 902 763	19 337 615	5 162 755	17 823 906	22 986 661

(1) Decorrente da implementação da IFRS 9 obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2018 (Nota 3), considerando o tipo de OT que a Ibersol detém, e uma vez que as mesmas estão indexadas ao USD, foi calculada imparidade, assumindo a opção no momento da transição pela abordagem retrospectiva modificada, conforme segue:

Impacto na demonstração consolidada da posição financeira:

Impacto em Outras Reservas e Resultados Transitados	(01 Janeiro de 2018)	1 003 369
Impostos diferidos ativos		264 784

Impacto na demonstração consolidada do rendimento integral:

Custo de Financiamento líquido	-120 756
Imposto sobre o rendimento	36 227

Os índices utilizados de Probabilidade de incumprimento (Probability of Default) e Perda dado o incumprimento (Loss Given Default) estão de acordo com a publicação da Moodys e da S&P.

20. TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas no grupo são:

- Accionistas
- Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa – 2.520 acções (*)
- Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira – 2.520 acções (*)
- ATPS - SGPS, SA – 19.767.059 acções

(*) os direitos de voto imputáveis à ATPS são igualmente imputáveis a António Carlos Vaz Pinto de Sousa e a António Alberto Guerra Leal Teixeira nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º e do n.º 1 do artigo 21.º, ambos do Código dos Valores Mobiliários, em virtude de estes últimos deterem o domínio da referida sociedade, na qual participam indirectamente, em partes iguais, através, respectivamente, das sociedades CALUM - SERVIÇOS E GESTÃO, S.A. com o NIPC 513799486 e DUNBAR - SERVIÇOS E GESTÃO, S.A. com o NIPC 513799257, as quais, em conjunto, detêm a maioria do capital social da ATPS.

- Empreendimento conjunto - UQ Consult, S.A.

No que diz respeito aos saldos e transacções com entidades relacionadas, o valor global dos saldos e transacções do Grupo com o empreendimento conjunto UQ Consult diz essencialmente respeito a serviços de apoio e gestão de sistemas de informação e foi de, respectivamente, 1.029.132 e 2.302.173 euros.

- Administradores:

A sociedade accionista ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. presta serviços de administração e gestão do grupo, ao abrigo dum contrato de prestação de serviços com a participada Ibersol, Restauração, S.A.. Entre as obrigações da ATPS -Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. inclui-se a de assegurar que os administradores da sociedade, António Carlos Vaz Pinto de Sousa e António Alberto Guerra Leal Teixeira, exerçam os seus cargos sem que a mesma sociedade tenha de incorrer em qualquer encargo adicional. A sociedade não paga directamente a nenhum dos seus administradores qualquer remuneração.

21. NORMAS IFRS JÁ EMITIDAS OU REVISTAS E DE APLICAÇÃO FUTURA

1. Normas publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, que a União Europeia já endossou.

a) **IFRS 16** (nova), 'Locações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta nova norma substitui o IAS 17, com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de "direito de uso" para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato locação também foi alterada, sendo baseada no "direito de controlar o uso de um ativo identificado. Estima-se que a sua aplicação tenha impactos relevantes, estando o grupo a determinar os respetivos montantes.

b) **IFRS 4** (alteração), 'Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração atribui às entidades que negociam contratos de seguro a opção de reconhecer no Outro rendimento integral, em vez de reconhecer na Demonstração dos resultados, a volatilidade que pode resultar da aplicação da IFRS 9 antes da nova norma sobre contratos de seguro ser publicada. Adicionalmente é dada uma isenção temporária à aplicação da IFRS 9 até 2021 às entidades cuja atividade predominante seja a de seguradora. Esta isenção é opcional e não se aplica às demonstrações financeiras que incluam uma entidade seguradora. Não se estima que a sua aplicação tenha impactos relevantes.

c) Alterações à IFRS 15, 'Rédito de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Estas alterações referem-se às indicações adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contrato, ao momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual, à revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e aos novos regimes previstos para simplificar a transição. Não se estima que a sua aplicação tenha impactos relevantes.

2. Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018, mas que a União Europeia ainda não endossou:

Normas

a) **Melhorias às normas 2014 – 2016** (a aplicar em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28. Não se estima que a sua aplicação tenha impactos relevantes.

b) **IAS 40** (alteração) 'Transferência de propriedades de investimento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os ativos só podem ser

transferidos de e para a categoria de propriedades de investimentos quando exista evidência da alteração de uso. Apenas a alteração da intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência. Não se estima que a sua aplicação tenha impactos relevantes.

- c) **IFRS 2 (alteração)**, ‘Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transações de pagamentos baseados em ações liquidadas financeiramente (“cash-settled”) e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em ações, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente (“Cash-settled”) para liquidado com capital próprio (“equity-settled”). Para além disso, introduz uma exceção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio (“equity-settled”), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal. Não se estima que a sua aplicação tenha impactos relevantes.
- d) **IFRS 9 (alteração)**, ‘Elementos de pré-pagamento com compensação negativa’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração introduz a possibilidade de classificar ativos financeiros com condições de pré-pagamento com compensação negativa, ao custo amortizado, desde que se verifique o cumprimento de condições específicas, em vez de ser classificado ao justo valor através de resultados. Não se estima que a sua aplicação tenha impactos relevantes.
- e) **IAS 28 (alteração)**, ‘Investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e empreendimentos conjuntos), que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial, são contabilizados segundo a IFRS 9, estando sujeitos ao modelo de imparidade das perdas estimadas, antes de qualquer teste de imparidade ao investimento como um todo. Não se estima que a sua aplicação tenha impactos relevantes.
- f) **Melhorias às normas 2015 – 2017** (a aplicar aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11. Não se estima que a sua aplicação tenha impactos relevantes.
- g) **IFRS 17 (nova)**, ‘Contratos de seguro’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo (“building block approach”) ou simplificado (“premium allocation approach”). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva.

Interpretações

- a) **IFRIC 22 (nova)**, ‘Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Esta interpretação ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Trata-se de uma interpretação à IAS 21 ‘Os efeitos de alterações em taxas de câmbio’ e refere-se à determinação da “data da transação” quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira. A “data da transação” determina a taxa de câmbio a usar para converter as transações em moeda estrangeira. Não se estima que a sua aplicação tenha impactos relevantes.

- b) **IFRIC 23 (nova)**, 'Incerteza sobre o tratamento de Imposto sobre o rendimento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019). Esta interpretação ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Trata-se de uma interpretação à IAS 12 – 'Imposto sobre o rendimento', referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração fiscal relativamente a Imposto sobre o rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração fiscal sobre uma transação específica, a entidade deverá efetuar a sua melhor estimativa e registar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 – "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes", com base no valor esperado ou o valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada. Não se estima que a sua aplicação tenha impactos relevantes.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não existem acontecimentos subsequentes a 30 de Setembro de 2018 que possam ter impacto material nas demonstrações financeiras apresentadas

23. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 22 de Novembro de 2018.